

Está quase completo o crédito-ponte

por Paulo Sotero
de Washington

O negociador da dívida brasileira, Fernão Bracher, e o presidente do comitê de bancos credores, William R. Rhodes, do Citicorp, anunciaram ontem em Nova York que US\$ 2,8 bilhões dos US\$ 3 bilhões do empréstimo de curto prazo negociado no início do mês passado já estão assegurados. Eles disseram, através de um porta-voz, que esperam receber nos próximos dias as adesões dos bancos que ainda não formalizaram sua participação no empréstimo, que deve envolver de 120 a 130 bancos.

O fechamento desse crédito-ponte, que será destinado ao refinanciamento gradual de dois terços dos juros devidos aos bancos, pelo Brasil, em 1987, é parte do "entendimento preliminar" a que as duas partes chegaram em novembro para viabilizar a suspensão da moratória decretada pelo presidente José Sarney, no início do ano, e iniciar a chamada normalização das relações entre o governo brasileiro e seus credores.

Bracher e Rhodes estão envolvidos, agora, na segunda fase desse esforço, que, se for bem sucedido, resultará, no início do ano,

num reescalonamento multianual do principal e no refinanciamento de uma parte substancial dos juros da dívida brasileira em 1988 e 1989.

O empréstimo ficou mais perto de ser completado na última quarta-feira, quando o Citicorp começou a receber telex dos bancos japoneses, os únicos que ainda estavam maciçamente fora, confirmando sua participação.

Os bancos que embarcaram até o dia 26 último receberam uma comissão de incentivo de 0,125% sobre o dinheiro que colocaram. Os que entraram até a quarta-feira terão direito a uma comissão de incentivo de 0,0675%. Os que aderirem de agora em diante receberão apenas a "comissão de

(Continua na página 18)

A aprovação dada pelo FMI à Argentina para sacar a segunda parcela de crédito de US\$ 1,5 bilhão reavivou o debate sobre a politização dessa instituição. O fato pode, pelo menos junto ao governo dos EUA, reforçar a tese brasileira da desvinculação entre desembolso de empréstimo do FMI e os desembolsos de empréstimos dos bancos, relata Paulo Sotero, de Washington.

(Ver página 2)

Está quase completo...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

participação" de 0,125% que o Banco Central pagará a vista, juntamente com a comissão de incentivo, no momento em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo do empréstimo-ponte (da ordem de US\$ 650 milhões), dentro de duas semanas.

De acordo com fonte oficial brasileira, o Departamento do Tesouro e o Federal Reserve, o banco central dos EUA, que apadrinharam o "entendimento preliminar" entre o Brasil e os bancos, participaram ativamente, nos últimos dias, na campanha telefônica para convencer banqueiros recalcitrantes a entrar no empréstimo.

Nas reuniões que o comitê e o governo brasileiro tiveram no início da semana, os representantes dos bancos credores procuraram enfatizar a importância de o presidente do Banco Central e do próprio Bracher passarem "a trabalhar no telefone" com mais empenho, a fim de apressar o processo de fechamento do empréstimo. A atitude dos representantes brasileiros, segundo fonte da delegação, foi a de deixar essa responsabilidade para os próprios membros do comitê.

Paralelamente, Fernão Bracher apresentou, ontem, formalmente, a proposta de negociação brasileira, que, segundo fonte oficial, está baseada na proposta entregue aos bancos no dia 25 de setembro passado, em Washington.

Considerando-se que o governo reduziu seu pedido de refinanciamento de juros de 1987 de US\$ 4,3 bilhões para US\$ 3,4 bilhões, em vista dos bons resultados da balança comercial, a reivindicação de renegociação de juros apresentada ontem envolve US\$ 9,5 bilhões de "dinheiro novo", como preferem os bancos credores, nos anos de 1987, 1988 (US\$ 3 bilhões) e 1989 (US\$ 3,1 bilhões).

De acordo com fontes financeiras, o representante brasileiro propôs ao comitê, ainda, uma ordem de trabalhos. Ele sugeriu que se discutisse, primeiro, o reescalonamento do principal, que terá de abranger de 1986 até pelo menos 1989. O Brasil deseja discutir, a seguir, a questão do "waiver", ou dispensa do cumprimento da cláusula de partilha de pagamentos que consta dos acordos anteriores entre o Brasil e os bancos.

Sem o "waiver", não se abrirá o caminho seja para conversão de uma parte da dívida em títulos de longo prazo (securitização), seja para a sua conversão em investimentos no País.

O terceiro ponto da agen-

da proposta pelo Brasil são as salvaguardas que o Brasil deseja ver incluídas no futuro acordo, de modo a proteger o País contra altas dos juros internacionais e mudanças abruptas nos termos de comércio. Para o final das discussões, que devem estender-se até o próximo dia 20 e serão retomadas no início de janeiro, o Brasil quer deixar a questão do refinanciamento de juros, que é a mais complexa de todos.

Esta ordem de trabalhos não é fortuita. Nos entendimentos até agora realizados, já ficou claro que, no que depender dos credores, as conversas sobre o refinanciamento de juros têm poucas chances de progredir antes de o governo brasileiro concluir as consultas em curso com os organismos oficiais de crédito, notadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Destas consultas deverão resultar uma avaliação das necessidades de financiamento do País em 1988 e um quadro mais claro sobre a percentagem do déficit do balanço de pagamentos a ser coberta pelos credores oficiais e pelos credores privados.

Na última terça-feira, os banqueiros com assento no comitê ouviram do diretor do Departamento de Brasil do Banco Mundial, o India-

no Armeane M. Choksi, uma apresentação bastante pessimista sobre as perspectivas imediatas da economia brasileira.

Choksi informou que o déficit fiscal não ficará abaixo dos 5% e que o governo não conseguirá cumprir mesmo as metas revistas do programa de controle macroeconômico. Ele mencionou o estilo em profundidade — de dois volumes — que o banco preparou sobre a economia do País e que entregou na semana passada ao governo. O banco fará uma nova avaliação da economia em março.

Choksi foi mais otimista, contudo, ao falar sobre as perspectivas de médio prazo da economia, afirmando que, apesar das dificuldades conjunturais, vão bem os trabalhos orientados a reformas setoriais importantes, que o Banco Mundial se dispõe a apoiar na área das políticas tarifária, financeira e de comércio exterior.

A subcomissão econômica do comitê de bancos, que esteve no Brasil recentemente, também apresentou um relatório ao comitê. De acordo com fontes financeiras, os membros da subcomissão pediram ao governo brasileiro cópia da versão final do modelo de simulação da economia preparado pelos técnicos

do Banco Central, com consulta com os economistas dos bancos. Da definição e uso do modelo depende a solução da questão central da negociação que ora começa, ou seja, quanto o País obterá dos bancos para refinarçar os juros da dívida externa.